

«A História», disse um dia Fidel Castro, «absolver-me-á». Agora, depois de trinta e dois anos de poder absoluto, e de alternadamente depender de uma potência estrangeira (a União Soviética) para subsidiar os seus excessos, e de outra (os Estados Unidos) para arranjar desculpas, Fidel Castro tem diante de si a perspectiva de ter de assumir as suas responsabilidades pessoais pelo domínio arbitrário, pelas violações dos direitos humanos, e pelos resultados lamentáveis na economia.

O colapso do bloco soviético, e a transformação da política interna e externa soviética levada a cabo por Mikhail Gorbachev, abriram a perspectiva de uma mudança irreversível em Cuba. Castro e Cuba, que foram aliados importantes da URSS quando esta competia activamente com os Estados Unidos no Terceiro Mundo, tornaram-se cada vez mais irrelevantes para os dirigentes soviéticos, concentrados em evitar o colapso político e económico da União Soviética.

No passado, o relacionamento entre Cuba e a União Soviética assentou numa coincidência real, embora por vezes tempestuosa, de interesses das suas políticas externas, cujo denominador comum era a vontade de enfraquecer os Estados Unidos internacionalmente e, em particular, na América Latina. O ponto alto do relacionamento soviético-cubano ocorreu em 1975-1981, quando a direcção soviética acreditou que, com o apoio cubano, podia alterar a «correlação de forças» internacional pelo alargamento da sua influência no Terceiro Mundo. Durante este período, a estratégia soviética namorou com a perspectiva personalista-nacionalista que animava a política externa do regime de Castro. Ansiosa de afirmar o seu próprio papel no Terceiro Mundo, Cuba estava mais do que disposta a ser o paladino dos soviéticos nessa área.

Os parâmetros do relacionamento soviético-cubano começaram a alterar-se com a ascensão de Gorbachev, em Março de 1985, e à medida que o dirigente soviético prosseguia uma vasta redefinição da segurança nacional e da estratégia internacional. O seu objectivo era ultrapassar o subdesenvolvimento económico da URSS, e assegurar-lhe um futuro como algo mais do que uma potência internacional de segunda ordem.

Na revisão dos encargos externos da União Soviética, Cuba surgiu como um dos clientes soviéticos mais dependentes. A URSS representava mais de 70% do comércio da ilha, fornecia mais de 90% dos abastecimentos energéticos, e subsídios na ordem de quatro a cinco mil milhões de dólares por ano. Além disso, ao longo de três décadas, Cuba acumulara uma dívida calculada entre vinte e cinco e trinta mil milhões de dólares para com a União Soviética, que não só não podia ser paga, como não incluía os custos da assistência militar.

Do ponto de vista cubano (e, em particular, do de Fidel Castro), o alinhamento com a União Soviética, por vezes difícil, fora, no entanto, útil na medida em que trouxe consigo uma garantia de segurança em relação aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, Cuba e o seu *líder máximo* podiam prosseguir os seus objectivos na América Latina e na Ásia que, de outra forma, talvez não pudessem tentar alcançar. Esse activismo internacional

constituiu um escape para o nacionalismo cubano, além de permitir a Castro contornar as suas responsabilidades quanto às políticas internas. Do mesmo modo que o activismo internacional e a dependência em relação à URSS se tornaram a droga escolhida pelo regime nos anos sessenta e setenta, a sua retirada no fim dos anos oitenta e nos primeiros anos noventa trouxe fortes exigências ao sistema político cubano. A integração na esfera de influência soviética trouxe estabilidade a Cuba na forma de um programa de assistência internacional. Mas, agora, os problemas vieram ao de cima, pois a concentração interna dos recursos soviéticos impuseram cortes importantes no seu programa de assistência externa a Cuba.

Nos últimos dois ou três anos, as fissuras no relacionamento soviético-cubano tornaram-se evidentes, mesmo para os mais distraídos: a mal disfarçada tensão entre Castro e Gorbachev, quando este visitou Havana em Abril de 1989; a censura de jornais soviéticos como o *Notícias de Moscovo ou Sputnik*, ou o acesso reduzido dos jornais oficiais, como as *Izvestia*; uma diminuição drástica do número de estudantes cubanos na URSS; polémicas públicas acerca de abastecimentos, contratos por cumprir e transporte ineficiente de bens; e um número crescente de vozes nos meios de comunicação e nos parlamentos soviético e russo que criticavam a ajuda a Cuba, o estilo sumptuoso de vida de Castro (incluindo as suas trinta e duas casas, segundo a *Komsomolskaya Pravda*) e as violações dos direitos humanos, são outros tantos exemplos.

Os protestos de solidariedade e amizade eternas persistem, mas é claro que as coisas já não são como eram no relacionamento soviético-cubano. A transformação dos vínculos políticos implicou mudanças nas relações económicas. O acordo comercial, assinado em Dezembro de 1990, mostra como irão ser as coisas daí para a frente: por natureza transitório, durará apenas um ano, e os preços dos bens serão revistos e refixados periodicamente. Além disso, significa o princípio do fim da generosidade soviética, e é uma indicação nítida de que Moscovo manterá relações económicas com Havana se estas se tornarem, na frase do Primeiro-Ministro soviético, Nikolai Ryzhkov, em Janeiro de 1990, «de interesse mútuo». O açúcar e o petróleo têm estado no centro das trocas comerciais soviético-cubanas, e aí continuam. Mas o que os soviéticos estão dispostos a pagar pelo açúcar e a receber pelo petróleo mudou completamente. Enquanto que, entre 1985 e 1990, a URSS fornecia a Cuba, 3,8 toneladas de petróleo e derivados do petróleo por cada tonelada de açúcar, o novo acordo prevê uma razão de 2,5 para 1. Neste esquema, o petróleo é vendido a um preço próximo do mercado internacional, mas Cuba recebe uma muito menor quantidade — menos 25% do que em meados dos anos oitenta. Esta diminuição é importante, pois Castro costumava vender uma parte desse petróleo a preços mais altos no mercado internacional para obter divisas. O resultado é uma falta crescente de recursos financeiros e energéticos que, se não é tão grave como a descrevem os funcionários

cubanos (há provas de que o regime acumulou reservas petrolíferas), também só pode vir a piorar.

Entretanto, por agora, a União Soviética continua a pagar um preço preferencial pelo açúcar, mas o novo preço subsidiado é metade do antigo, e já não atinge seis ou sete vezes o do mercado mundial. Desgraçadamente para o regime, a produção cubana de açúcar não se pode expandir para compensar os efeitos deste novo preço. E a União Soviética, no meio do caos da sua transição, não tem os recursos económicos necessários para continuar a pagar um preço mais alto do que o fixado internacionalmente para o açúcar.

A decisão soviética de fazer Cuba pagar os custos associados com os mais de trezentos navios ocupados no comércio com a ilha, também não é de bom augúrio para o futuro das relações soviético-cubanas. No próximo ano, Cuba só terá que pagar 10% desses custos, mas tudo indica que acabará por ter de pagar a conta inteira. O novo acordo prevê ainda que Cuba exporte este ano mais de setecentos milhões de dólares de produtos farmacêuticos para a União Soviética, em mais uma medida destinada a diminuir os encargos soviéticos, mas que desvia produtos que Cuba poderia vender a outros clientes por moeda forte numa conjuntura crítica. Restam poucas dúvidas de que Cuba está, e vai continuar a perder terreno no seu relacionamento com a União Soviética. Alguns — os elementos mais conservadores ligados às forças armadas, ao KGB e aos restos do aparelho central — partilham a visão da direcção comunista cubana, segundo a qual a *perestroika* tem sido desastrosa para a URSS e para o mundo, e que podiam querer restaurar as antigas relações. Mas, mesmo que esses grupos regressassem ao poder não poderiam restaurar o relacionamento tal como era nos grandes dias.

A parte os conservadores, parece claro que o relacionamento soviético-cubano continuará em declínio nos próximos dois anos, à medida que os dirigentes do Kremlin o revêem para o tornar menos caro. Consciente da necessidade e da inevitabilidade de mudanças profundas no relacionamento, a URSS não vai, contudo, abandonar abruptamente o seu aliado e cliente cubano. Por razões políticas: a União Soviética poderá estar a gerir o seu declínio, mas quer manter algumas das suas prerrogativas de grande potência, e limitar a perda da sua credibilidade internacional. Também por razões militares e estratégicas: as relações com os Estados Unidos transformaram-se, mas a União Soviética continua empenhada com os norte-americanos em várias negociações sobre a redução de armas estratégicas e as tensões regionais no Terceiro Mundo. Não há nenhum bom motivo para perder um instrumento tão importante como as instalações de inteligência electrónica de Lourdes, ou para retirar a brigada operacional ou os conselheiros militares sem contrapartidas. E, enfim, por razões económicas: embora Cuba não possa nunca vir a ser um dos principais parceiros comerciais da União Soviética, fornece-lhe açúcar, frutos e níquel que seriam mais caros se fossem adquiridos no mercado mundial.

Se por estas razões a União Soviética quiserá manter um relacionamento com Cuba, também não é menos certo que os soviéticos têm consciência de que em Cuba toda a gente pensa na mudança, e de que os dogmas marxistas-leninistas não pagam as contas. Gorbachev aludiu à necessidade concorrente de reformas políticas e económicas, quando falou na Assembleia Nacional cubana, em Abril de 1989. Defendendo a *perestroika*, disse que «quando começámos as reformas económicas, cedo nos convencemos que para estas avançarem era necessário reorganizar as instituições políticas».

O mesmo argumento é agora repetido dentro do Partido Comunista de Cuba por um número crescente de membros liberais do partido que, sem porem em causa a liderança de Fidel Castro, afirmam, numa linguagem metafórica, que o modelo da acumulação económica existente (isto é, o socialismo de Estado) se esgotou. Se não houver mudanças políticas e económicas profundas no próximo ano, pensam que poderia existir uma explosão social e política.

Talvez só Castro e os seus mais fiéis seguidores creiam ser possível evitar ainda mudanças profundas no governo e na sociedade cubana. Para atenuar os aspectos mais evidentes da crise durante o seu chamado «período especial», o regime de Castro lançou-se num programa ambicioso, que inclui uma maior autonomia agrícola, o desenvolvimento do turismo e a promoção da biotecnologia e da indústria farmacêutica. Foram apresentados planos para cada um destes sectores, que parecem irrealizáveis, designadamente quanto à intenção anunciada de obter novecentos milhões de dólares em receitas de turismo em 1991. Apesar de, no ano passado, a situação ser já difícil (com um racionamento ainda maior de produtos alimentares, da gasolina e da electricidade), não há grande lugar para duvidar que a crise piorará este ano, acentuando as tensões sociais na ilha, com um coro de queixas e, talvez, com as primeiras manifestações espontâneas.

Fidel Castro e os seus apoiantes gostariam que todos acreditassem que a crise resulta de circunstâncias internacionais adversas e, em particular, da inesperada «traição» do antigo bloco «socialista». Ora, embora a decomposição do bloco e a incapacidade soviética para manter um Estado deficitário nas Caraíbas sejam a origem próxima da crise, a verdade é que se Castro não fosse tão obcecado pelo seu antiamericanismo e tão pouco receptivo a críticas, não teria empenhado e arruinado a sociedade e a economia cubana como o fez. Ao fim de trinta anos, os problemas vieram finalmente ao de cima.

Os regimes autoritários e totalitários, tal como o sabemos hoje (e como ontem apenas podíamos esperar) são profundamente fracos. A sua força é a dos que mandam pela força, mas sem consentimento, nem crítica. E a legitimidade que pudessem ter tido de início esgota-se inexoravelmente. Sem os mecanismos de eleição e de renovação democrática, são incapazes de regenerar, ou de reproduzir a sua legitimidade.

A sua incapacidade neste domínio — especialmente evidente em Cuba — revela-se quando se trata da sucessão ou da juventude. A presente crise é tão perigosa para o regime castrista porque só sintomaticamente é económica. Muito mais importante é o facto de coincidir com uma luta pela sucessão, cuja primeira salva foi a execução do general Armando Ochoa em Julho de 1989. Igualmente importante, o regime começou a perder a batalha pela adesão da juventude. Castro, a princípio um símbolo de juventude e de pujança, tomou-se um símbolo da ortodoxia, de quem está no poder há demasiado tempo. Metade da população cubana tem menos de 30 anos, e esses jovens adultos rejeitam cada vez mais tanto as restrições pessoais e económicas que lhes são impostas, como o imobilismo do sistema. Entram em ruptura, como na letra da canção escrita pelo cubano Carlos Varela, chamada *Guillermo Tell*: numa alusão muito pouco velada a Castro, diz: «Guillermo Tell não compreendia o seu filho que, um dia, se cansou de ter uma maçã na cabeça».

A promessa de democratização, bem como a ameaça de uma eventual guerra civil, pesam na atmosfera cubana. Nestas circunstâncias, é decisivo que os Estados Unidos possam adoptar uma política que possa contribuir para a primeira e impeça a segunda. O ponto de partida da política norte-americana deveria ser que o papel fundamental na transição para a democracia em Cuba cabe aos próprios cubanos em Cuba. A comunidade cubano-americana tem um papel importante a desempenhar no processo, assim como na subsequente reconstrução económica da ilha, mas falar de um regresso en masse da comunidade de Miami, e de uma restauração do período antes de 1959, não só é tremendamente contraproducente, como profundamente ilusório. Esta retórica tem como único efeito desencadear as paixões e o medo em Cuba, uma circunstância que faz o jogo dos duros do regime, e dificulta a tarefa dos cubanos na ilha que querem encontrar uma via para um futuro democrático.

Neste sentido, um componente importante da política dos Estados Unidos será, no reconhecimento dos direitos e das legítimas preocupações da comunidade cubano-americana, desenvolver medidas para consolidar a oposição latente em Cuba. O objectivo seria convencer os seus representantes de que a mudança do sistema corresponde aos seus interesses e aos de Cuba.

Há vários passos a dar neste sentido. Uma primeira iniciativa seria as autoridades norte-americanas indicarem que seguem uma política de não intervenção, isto é, uma política que não é ditada pela esperança de regressar ao status quo ante 1959, e que o seu propósito é a democratização pacífica de Cuba. Dentro desta linha, os Estados Unidos deviam evitar manobras militares provocadoras, e outras acções que os dirigentes do regime costumam usar para estimular o medo de uma invasão, e para justificar a repressão interna.

Uma segunda iniciativa poderia ser a continuação e a extensão das consultas norte-americanas aos soviéticos, preparando os mecanismos

necessários para o caso de acontecimentos dramáticos na ilha. Nesta matéria não se deve esquecer que Castro, acossado, podia tentar provocar (como já o fez uma vez na crise dos mísseis em Outubro de 1962) uma confrontação mundial.

A política dos Estados Unidos tem uma responsabilidade própria e enfrenta um desafio especial em Cuba. As mudanças profundas que ocorreram no mundo, em particular a desintegração do bloco soviético e a expansão democrática, anunciam mudanças importantes na ilha. Durante mais de trinta anos, os dirigentes cubanos conseguiram manter uma ditadura implacável, e evitar ter de assumir responsabilidades pelo desgoverno económico. Puderam fazer ambas as coisas por serem capazes de jogar cada uma das grandes potências contra a outra. No contexto da «guerra fria», a URSS estava disposta a financiar Cuba, com um subsídio que equivalia a cerca de 25% do seu PNB. Os Estados Unidos, por outro lado, forneceram-lhe o bode expiatório, um adversário que podia levantar as paixões nacionalistas e ser acusado de provocar o lamentável estado da economia.

Depois da «guerra fria», o regime de Castro não pode continuar a recusar as suas responsabilidades perante o povo cubano. Neste contexto, a principal contribuição que o Governo norte-americano pode dar à democratização de Cuba é fazer tudo para que Castro não escape à responsabilidade pelos seus fracassos. Por outras palavras, os Estados Unidos deviam sair do ciclo castrista. Não o devem ajudar, nem pelo recurso a manobras militares, ou a uma retórica que provoque tensões desnecessárias, ou por medidas que terminem o embargo e ajudem a reconstituir a economia cubana — a não ser que Castro, ou quem quer que seja no poder dê passos significativos para a democratização.